

VOTO, IMPOSTO E CIDADANIA

EDSON CARVALHO VIDIGAL*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Acertado que o povo é a fonte de todo o poder no Estado, o governo, portanto, não pode ser mais que o povo resumido na força moral dos seus eleitos, trabalhando pelo bem comum. Estão fora de ordem, prejudicando esse acerto, o direito eleitoral e a legislação tributária.

Voto e imposto são indissociáveis. O voto da maioria elege os que vão tomar conta do dinheiro arrecadado de todos para a alquimia do bem comum, em cuja conta ainda pesam muito o déficit público, as obrigações da dívida externa, a preguiça mental, o desperdício e a ladroagem.

Analfabetos políticos ou não, todos pagam essa conta do bem comum, aliás restrito a algumas elites. Os que não são extorquidos diretamente na fonte são tributados indiretamente. inclusive quando sobem o dólar e a inflação. Há também os que sonegam uma banda e prazerosamente, entre aspas, recolhem a outra.

A grande maioria, que também vota e decide, ate pensa que não paga. acha que está isenta, mas é quem paga mais. O seu imposto é a humilhação da fome. a indignidade do desemprego, a incapacidade de vencer a ignorância, a exposição às doenças e aos mentirosos.

As estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral indicam que as eleições são decididas nos grotões anônimos de miséria humana e pobreza cívica. Está provado não ser difícil chegar a eleitorado tão poderoso: é só montar um circo enorme, capaz de estender sua lona cobrindo os grotões todos no país inteiro.



*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir da Constituição de 1988.
VIDIGAL, Edson Carvalho. Voto, imposto e cidadania. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1992. Caderno Dinheiro, Seção Opinião Econômica, n. 23123, p.2.

É evidente que isso custa muito dinheiro.

Há sempre uma candidatura para a qual não faltam discretas doações em dinheiro. São pessoas generosas que abrem as mãos fartas de cifras e que depois nem vão pedir nada.

Para se acabar com essa manipulação da miséria humana e da pobreza cívica dos grotões é preciso, antes de tudo, muita indignação. Quando não houver mais tanta miséria e tanta pobreza, não haverá mais grotão. E só se vence o atraso sendo cidadão. O primeiro ingrediente para uma pessoa se tornar cidadã é a indignação.

Mas a indignação não pode ser sazonal, à mercê das emoções dependentes de fantasias desfeitas por cada escândalo. A indignação há que evoluir da inconsciente emoção para a razão estável. Quando a indignação se estabiliza na consciência vira direito líquido e certo e o indignado começa a ser, aí sim, um cidadão. Ou seja, um cobrador inveterado, um participante incansável, um colaborador entusiasmado, enfim um patriota.

Mudemos a legislação tributária de modo a que toda pessoa possa ficar sabendo exatamente quanto paga em imposto ao Estado toda vez que meter a mão no bolso para pagar qualquer coisa e logo vamos ter um país politizado. Sabendo ao fim de cada dia quanto entregou em impostos ou taxas, vai saber ao fim de cada mês quanto do que conseguiu amealhar se esvaiu para os cofres públicos; vai ter exata noção do quanto teve que entregar para a conta do bem comum.

Indignado, fica mais esperto e vai querer saber, por exemplo, sobre o asfalto das estradas, os buracos das ruas, os jardins murchos das praças, a violência do trânsito, a água que não sai do cano, o esgoto que não há, o rio que fede, a escola que não ensina, o crédito rural e seus juros estratosféricos, a reforma agrária inalcançável, a Previdência falida, o FGTS

arrombado, a indexação dos preços ao dólar ou à inflação futura, o hospital deficiente, o ônibus que não chega, a Justiça que atrasa, a impunidade que aumenta, a juventude largada, a velhice desamparada.

Assim, cidadão, vai logo querer saber sobre o dinheiro que pagou para a conta do bem comum; se interessar pelo que andam fazendo os eleitos; vai prestar mais atenção aos candidatos, aos programas dos partidos, às conversas sobre economia. Cidadão convicto, será mais exigente na escolha dos nomes quando for votar e, se tiver algum estímulo de lei, não se incomodará em contribuir abertamente com algum dinheiro para a campanha de seus candidatos.

Urge uma lei realista, sem hipocrisia, capaz de instaurar a transparência das doações para os candidatos; eficaz para estimular a participação de todos os cidadãos; severa para reprimir abusos; previdente para inibir espertezas, tudo de modo a que o eleito, sabendo que todos sabem de onde saiu o dinheiro de sua eleição, não possa se envergonhar das postulações que fizer em favor dos segmentos sociais que batalharam e bancaram a sua eleição.

A captação informal, quase clandestina, como tem ocorrido até aqui, de dinheiro para as campanhas eleitorais tem redundado em danos irreparáveis para a base de legitimidade do poder político, comprometendo a austeridade das contas do bem comum, prejudicando a autoridade das decisões de Estado.